

OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS E A ACADEMIA BRASILEIRA: UMA AVALIAÇÃO*

Shiguenoli Miyamoto **

Deptº de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

RESUMO: O texto faz um balanço dos estudos estratégicos no país, mostrando os avanços e as dificuldades encontradas para sua solidificação nas universidades brasileiras, bem como o comportamento do meio acadêmico frente a esta área, ainda muito recente entre nós. Embora tenha ocorrido significativo progresso nos últimos anos, é prematuro dizer que se trata de um campo de investigação consolidado. Através de cinco momentos, apontamos como o tema tem sido tratado, e qual o atual estado da arte.

Paper apresentado no seminário REDES 2001, promovido pelo Center for Hemispheric Defense Studies, realizado em Washington-DC, 22-25 de maio de 2001. Este texto está incluído no CD ROM Research and Education in Defense and Security Studies, CHDS, 2001.

Livre-Docente em Relações Internacionais e Política Comparada. Doutor em Ciência Política pela USP. Professor Associado do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador de graduação do curso de Ciências Sociais.
e-mail – shiguenoli@globo.com

INTRODUÇÃO

Não se pode falar sobre os estudos estratégicos no país, e a participação do meio acadêmico brasileiro neste campo, sem nos referirmos, inicialmente, a duas grandes áreas que estão estreitamente vinculadas ao nosso assunto: os assuntos militares e as relações internacionais. Pôr isso, ainda que rapidamente, vamos dedicar alguns parágrafos para tecer alguns comentários sobre esses dois temas e só então, a partir daí, adentrar mais especificamente no desenvolvimento dos estudos estratégicos no país.¹

A análise das Relações Internacionais, em sentido amplo, não tem tido ainda, pôr parte dos professores/pesquisadores das universidades brasileiras, a receptividade necessária.

Obviamente se pode afirmar, sem qualquer contestação, que tópicos como a dívida externa, os direitos humanos, o tráfico de drogas e o meio ambiente, entre vários outros, têm atraído o interesse da mídia impressa e falada, com freqüência relativamente grande.

Na última década, esses temas ocuparam também a atenção do meio acadêmico brasileiro. A interdependência e a globalização passaram a preocupar a todos, afetando os mais diferentes interesses.

¹ Para efeito deste texto vou me restringir tão somente às instâncias acadêmicas. Algumas instituições aqui mencionadas, embora sejam militares, ou híbridas (com militares e civis, mas sem estatuto militar) são levadas em consideração, quando professores e pesquisadores civis fizeram parte das sessões, ou mesmo da organização dos eventos. Instituições estritamente militares, que desenvolvem atividades permitidas aos membros das Forças Armadas, não são aqui analisadas. Da mesma forma, a Escola Superior de Guerra (ESG) ou suas congêneres regionais (ADESGs) são apenas mencionadas *en passant*. Este texto faz parte de um projeto mais amplo intitulado “As políticas sul-americanas de segurança regional”, e conta com recurso do CNPq, através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida ao autor.

Principalmente quando se fala sobre a inserção do país no cenário mundial, onde despontam com papel cada vez maior as grandes corporações transnacionais.

Destarte, não há evento passado, ou que esteja sendo feito atualmente, que não incorpore a palavra globalização em seus discursos ou nas propostas de reunião. Ou mesmo que entendem o aumento da criminalidade estabelecendo conexões entre a expansão do narcotráfico e a globalização. É tecendo considerações desta natureza que Juan Kokatlian explica a ascensão do traficante brasileiro Luiz Fernando Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, freqüentador assíduo das páginas policiais da imprensa, à categoria de capo da droga da Colômbia.²

Os acontecimentos verificados em janeiro de 2001, na cidade Gaúcha de Porto Alegre, onde se realizou o Fórum Social Mundial, mostram de forma inequívoca, eloqüente, como o setor acadêmico, e em parte o político, reagiu a assuntos como a exclusão social, as diferenças internacionais verificadas entre países ricos e pobres e as novas tecnologias para a produção de alimentos como os transgênicos.

Em termos quantitativos, esta literatura é modesta, se colocada lado a lado com outras áreas tradicionais como sindicalismo, partidos políticos, estrutura agrária, movimentos sociais, populações indígenas, etc. Comparativamente às outras temáticas, a produção sobre problemas relacionados não só à inserção do país no cenário regional ou internacional, mas também pertinentes às questões globais, é limitada, embora esteja sendo explorada, e tem ainda muito caminho a percorrer.

² Cf. MELO, Murilo Fiuza de – “Globalização explica ascensão de ‘Beira-Mar’”, *O Estado de S. Paulo*, 04 de abril de 2001.

Na realidade, não é só a área de Relações Internacionais que detém pouco espaço no âmbito acadêmico. Outros temas passam por problemas semelhantes. Análises sobre as Forças Armadas não mereceram ainda a atenção devida. Evidentemente pode-se dizer que nas duas últimas décadas aumentou o número de teses e textos focalizando a participação das Forças Armadas no cenário político ou constituição do Ministério da Defesa. Até mesmo temas geopolíticos que tratam das relações dos países do Cone Sul foram objeto de investigação.

Sem qualquer sombra de dúvida, os assuntos militares têm sido, ainda, negligenciados na maior parte das universidades brasileiras, que está certamente ligado ao período autoritário militar que vigorou no país de 1964 até o seu desfecho em 1985. Contudo, mesmo com todas as dificuldades relativas a tal período, alguns trabalhos de boa qualidade sobre a instituição e o governo militares foram produzidos pela academia brasileira, tanto aqui quanto no exterior, já nos anos 70 como se pode ver pelos escritos, entre outros, de Alexandre de Barros, Edmundo Campos Coelho, Eurico Lima Figueiredo, René Dreifuss e Eliezer Rizzo de Oliveira.³

Mas, foi só a partir do encerramento do ciclo ditatorial, que começaram surgir no país, centros de estudos mais direcionados para

³ Cf. BARROS, Alexandre de S.C. – *The Brazilian military – professional socialization, political performance and State building*, Ph. D. Thesis, University of Chicago, 1978, mimeo; COELHO, Edmundo Campos – *Em busca de identidade. Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1976; FIGUEIREDO, Eurico Lima – *Os militares e a democracia*, Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1980; DREIFUSS, René – *1964 – A conquista do Estado*, Rio de Janeiro: Vozes Editora, 1981; OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de – *As Forças Armadas: política ideológica no Brasil (1964-1969)*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1976.

Tratar esses assuntos, no interior da universidade. Alguns motivos podem explicar esse tardio desenvolvimento da área.

Em primeiro lugar, porque com governos militares, era difícil realizar trabalhos mais consistentes, a não ser aqueles apoiados em matérias de imprensa (muito censurada até 1975), ou então que optassem pôr abordagens históricas, ou ainda geopolíticas. Uma boa explicação para isto se deve, em parte, ao fato de que no período ditatorial (1964-1985), os obstáculos para se analisar não só a instituição cassense, mas qualquer outro item diretamente vinculado à participação do estamento militar na política nacional, eram quase intransponíveis, muito difíceis de serem realizados, sobretudo para os pesquisadores brasileiros. Tal fato era verificado não só no Brasil, mas em todo o Cone Sul, com a mesma intensidade. Assim, em nosso caso, grande parte da literatura que cobre os anos que vão dos 60 aos 80, salvo poucas exceções, anteriormente mencionadas, foi produzida pelos denominados *brazilianistas*.

Ainda que vivamos em circunstâncias diferentes, quase duas décadas depois do final do ciclo militar, nem pôr isso, houve um incremento tão espetacular que pudesse compensar a falta de estudos daqueles anos. De qualquer forma, o período mais recente, se comparado às décadas anteriores, tem sido bem mais promissor e acabou pôr precenciar o aparecimento de centros de pesquisas voltados às questões internacionais e estratégicas.

Em segundo lugar, porque havia certa relutância pôr parte dos próprios pesquisadores em engajar-se na análise desses temas, com receio de serem identificados como simpatizantes do regime militar.

Pôr último, também, a consciência que os próprios pesquisadores tinham sobre as dificuldades para a obtenção de material e acesso

às autoridades governamentais, sobretudo militares de alta patente, que ocupavam postos-chaves no governo.

Apenas para exemplificar, poderíamos mencionar que certamente o mesmo não se aplicava aos estudiosos estrangeiros, como Thomas Skidmore ou Alfred Stepan, entre outros, que usufruíam de conhecidas facilidades, e tinham livre acesso às autoridades e fontes nacionais, além de generosos recursos financeiros para realizar suas pesquisas, ao contrário de seus colegas da região⁴.

OS TEMAS ESTRATÉGICOS: ANTECEDENTES

O desenvolvimento de estudos nessa área, em termos acadêmicos, deu-se de maneira muito vagarosa. Pelos motivos já citados, tradicionalmente, aqueles que se preocuparam em realizar análises sobre esses temas eram encontrados (e continuam sendo) nos conhecidos redutos castrenses, seja nos próprios departamentos especializados existentes nos ministérios militares, seja em outras instâncias estreitamente associadas às mesmas, como o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, etc.

Assim, a maioria esmagadora da literatura sobre o assunto foi produzida pôr militares. Ou seja, ao contrário de muitos países, principalmente europeus e mesmo dos Estados Unidos, esta área era (e em grande medida continua sendo) monopólio do estamento militar. Talvez nem tanto pelo fato de que eles mesmos assim desejassem, e isto

⁴ Por exemplo STEPAN, Alfred – *Brasil - Los militares y la política*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

Se convertesse em realidade, mas porque os próprios civis se mantiveram afastados de assuntos como esses, além das causas já citadas, pôr motivações variadas como ignorância sobre o tema, falta de vontade, negligência ou incompetência, esquecendo-se da máxima atribuída a Clemenceau de que a guerra é assunto importante demais para se deixá-la apenas nas mãos dos generais.

O meio acadêmico *stricto sensu* participou de forma muito reduzida na discussão desses problemas, o que não é difícil de se entender. O próprio desenvolvimento das áreas de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil é, ainda, relativamente recente. Para efeito de ilustração, poderíamos lembrar que só há cerca de dez anos foi criado na Universidade de São Paulo, a instituição de ensino mais importante do país, o Departamento de Ciência Política (embora houvesse área de concentração), desmembrando-o do Departamento de Ciências Sociais. No mesmo período, situação idêntica ocorreu na Universidade de Campinas. A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que congrega os especialistas da área, pôr sua vez, foi fundada em 1986, e realizou até o momento apenas dois encontros nacionais (o segundo deles em outubro de 2000 na cidade de São Paulo).

Estudos realizados pôr Alexandre de Barros, Bolivar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso e Maria Cecília Spina Forjaz mostram com nitidez o caminho percorrido pela Ciência Política e as dificuldades para sua institucionalização no país⁵.

Cf. BARROS, A S. C. – “El estudio de las relaciones internacionales en Brasil”, in PERINA, R.M. (org.) – *El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985. ; CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B. – “A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”, in LAMOUNIER, B. (org.) – *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982; “A bibliografia de Ciência Política no Brasil (1949-

Alexandre de Barros relembra o apoio concedido pela Fundação Ford para que 16 recém-graduados fossem completar sua formação em universidades norte-americanas. Desses que para lá foram, muitos concentraram sua atenção em Ciência Política, enquanto apenas dois optaram em atuar na área de Relações Internacionais, casos de Maria Regina Soares de Lima (professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ e Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ), profissional de destaque na academia brasileira, e Henrique de Sousa Novaes (mais voltado às atividades jornalísticas e de consultoria para grandes empresas que atuam no exterior)⁶.

Poderíamos ressaltar, ainda, que se a Ciência Política *stricto sensu* é recente no país, o estudo das relações internacionais, em nossas universidades também padece do mesmo problema, sendo que apenas em 1978 se criou o Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), no II Encontro de Nova Friburgo (RJ), e que desde aquela data até o presente momento tem funcionado de maneira um tanto precária. O Grupo de Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE), no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criado em 1980, por ocasião do IV Encontro Nacional desta última instituição, nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Zairo Borges Cheibub, Maria Regina Soares de Lima, Gerson Moura, Gelson Fonseca Júnior, Paulo Roberto de Almeida, Scott

1974)", *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ (18): 3-32, 1978; FORJAZ, M. C. S. – "A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 12 (35): 101-120, 1997.

⁶ Cf. BARROS, A. S. C., "El estudio de las relaciones internacionales en Brasil" op. Cit.

Tollefson e Antônio Cachapuz de Medeiros, além do próprio autor deste texto, já se debruçaram em mais de uma oportunidade para mapear a evolução da área de relações internacionais no país, não só em termos quantitativos (pôr temas, pôr autores ou pôr regiões), mas também para indicar como andam as discussões (ainda muito incipientes) sobre as teorias das relações internacionais no Brasil, como faz Mônica Herz⁷.

Na década de 70, pôr outro lado, começou a ser ministrado uma graduação em Relações Internacionais no curso pioneiro da Universidade de Brasília (1974), seguido do mestrado uma década depois (1984). Neste último ano, também a Universidade Estácio de Sá (UNISA) trilhou o mesmo caminho no Rio de Janeiro, oferecendo sua própria graduação. Adentrando nos anos 90, ocorreu a criação do

Cf. FONSECA JR., G. – “Estudos sobre política externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980)”, in FONSECA JR. & LEÃO, V. C. (orgs.) – *Temas de política externa brasileira*, Brasília: FUNAG/IPRI/Ática, 1989; CHEIBUB, Z.B. & LIMA, M.R.S. – “Relações Internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica”, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983, mimeo; CHEIBUB, Z.B. – *Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981, mimeo; LIMA, M.R.S. & MOURA, G. – “Relações internacionais e política externa brasileira: uma resenha bibliográfica”, *BIB*, ANPOCS,(13): 5-15, 1º semestre de 1982; MEDEIROS, A. P. C. de – “As relações internacionais como área de estudos na América Latina”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG (55): 65-88, julho de 1982; ALMEIDA, P. R. de – *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: UNIMARCO, 1999; HERZ, M. – “O estudo das relações internacionais no Brasil”, Texto apresentado no Seminário da ABCP em Ouro Preto (MG), 24-28 de julho de 2000, mimeo; TOLLEFSON, Scott – “International relations”, paper apresentado no Seminário de Estudos Brasileiros realizado pela Embaixada do Brasil, Washington-USA, 2-3 de dezembro de 2000, mimeo, e a ser publicado no *Guide to the study of Brazil in the US, 1945-2000*; MIYAMOTO, Shiguenoli – “O estudo das relações internacionais no Brasil: estado da arte”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná,(12): 83-98, 1999.

mestrado também na PUC-RJ, através do Instituto de Relações Internacionais (que hoje ministra o único doutorado na área). Data dos últimos seis anos uma explosão de cursos de graduação em Relações Internacionais, primeiro com o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (em 1995, ligado ao Departamento de Ciência Política), seguido pôr outros em escala crescente, atingindo atualmente cerca de 40 instituições (70% delas concentradas nas regiões Sul/Sudeste).

Ao longo do tempo, no final dos anos 90, o próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento à pesquisa do Governo Federal, pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passou a desdobrar o tópico “Política Internacional”, para efeito de enquadramento das solicitações pôr recursos (bolsas, projetos, etc.), em 4 subtópicos, a seguir: “Organizações Internacionais”, “Política Externa do Brasil”, “Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais”, e contemplando também temas estratégicos, incluindo o item “Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz”. Nas próprias universidades, onde foram criados cursos de Relações Internacionais, passaram a ser ministradas algumas disciplinas com ênfase em temas estratégicos. Nomes como “Poder, guerra e geopolítica”, “Análise de conflitos”, passaram a fazer parte da graduação dessas graduações, embora nas universidades não haja recursos humanos adequadamente preparados para ministrar tais disciplinas, nem contem com acervo bibliográfico compatível.

Simultaneamente à institucionalização das grandes áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, observou-se igualmente, um relativo avanço no que diz respeito às pesquisas sobre temas militares e estratégicos.

Primazia dos setores fardados, como já foi dito, aos poucos, sobretudo nos anos 80, os assuntos estratégicos deixaram de ser alvo particular de atenção dos estudiosos das academias militares (que não são aqui objeto de nosso texto).

Muitos anos antes porém, desde a década de 1920, temas geopolíticos já eram objeto de estudos por parte dos meios civis, escapando das instituições exclusivamente militares. Conforme pode ser comprovado em trabalhos escritos pôr oficiais como Octávio Tosta, Carlos de Meira Mattos, ou pelo próprio autor deste *paper*, quantidade apreciável de textos foi publicada em revistas pertencentes a órgãos públicos federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conselho Nacional de Geografia ou o Conselho Nacional de Estatística, pôr profissionais com formações distintas (advogados, professores, diplomatas, historiadores, geógrafos), como Moisés Gikovate, Paulo Henrique da Rocha Correa, Therezinha de Castro e dezenas de outros estudiosos⁸.

No Rio de Janeiro, chegou-se inclusive a criar em 1961 o Instituto Brasileiro de Geopolítica, que há muito tempo encerrou suas atividades, vendo frustradas as tentativas de ressurgimento nos anos 70.

CF. TOSTA, Octávio – “Everardo Backheuser, o precursor da geopolítica no Brasil”. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 532 (3): 139-161, 1958. MEIRA MATTOS, Carlos de – “A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano XVII (39):58-82, 2000; MIYAMOTO, Shiguenoli – *Geopolítica e poder no Brasil*, Campinas: Papyrus, 1995.

O ESTÁGIO ATUAL

Nas duas últimas décadas, pode-se dizer que os estudos estratégicos no país, envolvendo a universidade brasileira – ou professores individualmente – passaram pôr cinco grandes acontecimentos, que giraram em torno dos seguintes eixos:

Num primeiro momento, o marco inicial que vai caracterizar a aproximação dos estudiosos militares e civis preocupados em analisar assuntos estratégicos, em sentido amplo, abarcando representantes de diversas universidades brasileiras, portanto fora dos muros das instituições estritamente militares, foi a realização do seminário internacional intitulado “Política e Estratégia”, em novembro de 1979.

Esse primeiro grande encontro foi promovido pelo Convívio da Sociedade Brasileira de Cultura, reduto tradicional de setores mais conservadores (embora nem todos comungassem a mesma cartilha) cuja direção era exercida pôr Adolpho Crippa. O seminário foi coordenado pelo professor Oliveiros da Silva Ferreira e pelo general Carlos de Meira Mattos, e realizado em um hotel na cidade de São Paulo. Desse evento participaram como expositores e comentadores, militares e acadêmicos conceituados na área, tanto norte-americanos quanto brasileiros e latino-americanos. Dentre os primeiros pode-se mencionar Lewis Tambis, Roger Fontaine, William Perry, Ray S. Cline, Ronald Schneider e Wayne Selcher; pelo lado brasileiro pontificavam os próprios organizadores, Alexandre de Barros, Ronaldo M. Sardenberg, José Carlos Brandi Aleixo, Carlos Estevam Martins e Vicente Marott Rangel, entre outros, além de inúmeros oficiais e ex-ministros das pastas militares.

Entre os assuntos discutidos foram incluídos tópicos como a participação do Brasil no sistema mundial de poder, a influência da geopolítica na formação da política internacional, a estratégia das grandes potências, o pensamento militar e a conduta política internacional, questões relacionadas com a guerra nuclear, a defesa do sistema interamericano, não deixando de lado a estratégia dos países não-alinhados.

Somente quatro anos depois, data em 1983, seria promovido, pela mesma instituição, o segundo e último seminário sobre idêntico tema. Naquela ocasião estiveram presentes, lado a lado, nem sempre compartilhando idéias iguais, acadêmicos e militares. Na mesma oportunidade foi anunciada a criação do Centro de Estudos Estratégicos(CEE) do Convívio, além de ser lançado o primeiro exemplar da revista cujo nome passou a ser o mesmo do encontro, *Política e Estratégia*, com os textos apresentados em 1979, acontecimento que pude comentar em artigo publicado pela imprensa⁹.

A princípio relutante, parcela significativa do meio acadêmico passou a colaborar regularmente com a revista, após os dois primeiros exemplares. Deve-se creditar o sucesso da publicação ao jornalista Antônio Carlos Pereira, editorialista de O Estado de S. Paulo, que, além do trânsito junto às instâncias militares, freqüentava com desenvoltura os eventos acadêmicos, inclusive nos encontros da ANPOCS, sendo não só responsável pôr outros acontecimentos, como estagiou durante um ano o *International Institute of Strategic Studies* de Londres (IISS).

⁹ Cf. meu texto "Discutindo política e estratégia", "Cultura", III (187): 14, *O Estado de S. Paulo*, 08 de janeiro de 1984.

Como se veria depois, por divergências naquela instituição, o CEE foi desativado e a revista que sobreviveu até o volume VIII, encerrou suas atividades com o exemplar de abril-dezembro de 1990. Durante o tempo em que circulou, com um total de 24 exemplares, *Política e Estratégia* se converteu no veículo mais importante sobre assunto, fora do ambiente militar.

O segundo instante foi a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1985, apoiado em três grandes eixos temáticos sob a responsabilidade do professor Eliezer Rizzo de Oliveira (Forças Armadas, Estado e Sociedade), do coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho (Estratégia) e Shiguenoli Miyamoto (Relações Internacionais).

Desde sua criação, até a presente data, o NEE converteu-se em ponto de referência sobre o assunto no meio acadêmico. Apesar de suas instalações modestas, e com reduzido corpo de apoio, além das restrições orçamentárias, foi possível organizar ao longo desses anos, mais de duas dezenas de seminários sobre estratégia teórica, sobre papel do Brasil, sobre o uso da força nas relações internacionais, e sobre a guerra e a paz. Ao lado dessas atividades, os membros da instituição (permanentes e colaboradores) puderam participar ativamente em encontros nacionais e internacionais sobre os mais variados temas, inclusive ajudando na organização de eventos com outras entidades, ou mesmo sendo responsável direto pela organização do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos realizado na Universidade de Campinas em 1998. Face às restrições estatutárias da Universidade, o NEL não desenvolve atividades docentes (prerrogativa das faculdades e institutos), restringindo-se a realização de seminários, encontros e pesquisas.

A produção da instituição era apresentada através da publicação *Cadernos Premissas* (aberta à colaboração externa), surgida em 1982, e cujo nome foi alterado para *Revista Premissas*, a partir do exemplar que leva o número 21, de maio de 2000, quando também encerrou suas atividades com esse mesmo exemplar. Encontram-se, também, em estágio inicial os *Cadernos de Pesquisa*, com dois exemplares publicados.

O terceiro momento ocorreu com os Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros, organizados pelo Estado-Maior das Forças Armadas brasileiro e pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina, realizados em Buenos Aires em sua primeira versão em abril de 1987, e em São Paulo no ano seguinte. Esses eventos contaram com a presença de civis dos dois países, sendo que os textos apresentados nesses dois encontros foram, posteriormente, publicados pela revista *Política e Estratégia* (vol. V, nº 3, 1987 e vol. VI, nº 3, 1998).

O estágio seguinte foi marcado pelo início dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, realizados em quatro oportunidades: Brasília (1994), São Paulo (1995), Rio de Janeiro (1996) e Campinas/São Paulo (1998). O quinto encontro está previsto para o final de 2001 em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Esses encontros caracterizam-se, em primeiro lugar pela sua abrangência, tanto em termos temáticos, regionais, quanto institucionais, incluindo profissionais brasileiros e estrangeiros. Em segundo lugar, pela presença constante de autoridades do primeiro escalão governamental, como o Ministro das Relações Exteriores, da Fazenda e do Planejamento ou o Secretário de Assuntos Estratégicos. Em terceiro lugar, pelo entendimento lato do que se entende pôr estraté-

gia. Se pensarmos que originalmente a própria terminologia deveria ser referida apenas para questões de defesa e segurança, nesses eventos o que mais se verificou foi a existência de sessões em que o uso do termo adquiriu ampla conotação. Assim foram abordados temas como as mudanças do ensino superior na era da globalização, a importância da medicina de grupo para a saúde, passando pôr separação de poderes, estabilidade constitucional, arranjos organizacionais e políticas públicas. Além do mais, em muitas apresentações individuais ou em mesas redondas, em parte apreciável dos casos, os palestrantes deixavam muito a desejar em termos da qualidade de suas falas. Por último, pelo elevado número de participantes presentes nos encontros, às vezes em torno de 500 pessoas, mas que depois se dispersam completamente pelo país, sem acúmulo de resultados. Ou seja, se há potencialmente uma clientela muito grande interessada nos temas estratégicos, então, é óbvio, o que tem faltado é uma capacidade para aglutinar tais pessoas, tanto dentro das universidades como fora do âmbito estritamente acadêmico, criando outras instituições e reunindo profissionais com as mais variadas formações.

Conforme explicitavam em 1994 os organizadores do I ENEE, o Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (CEE/SAE/PR), e o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo (NAIPPE/USP), a idéia para aquele encontro (e os futuros) teve claras motivações: “estimulados pela necessidade de fomentar e proporcionar novas oportunidades para o conagraçamento, a troca de informações sobre projetos e programas e o debate entre especialistas, resolveram unir esforços e promover em Brasília um

Encontro das pessoas que se interessam pelos estudos estratégicos no Brasil”¹⁰.

O II Encontro foi organizado pelo NAIPPE/USP, enquanto o III teve como co-anfitriões a Escola Superior de Guerra, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ao passo que a última edição dos encontros foi realizada em 1998, na cidade de Campinas, sob os auspícios do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP.

Finalmente, o quinto e último estágio do desenvolvimento da área no país, é marcado pela participação de professores e pesquisadores em atividades promovidas pelo Center for Hemispheric Defense Studies (CHDS), a partir de 1998, em Washington-DC, seja nos seminários de três semanas, seja nos encontros mais breves como o Research and Education Defense and Security Studies (REDES).

Verificaram-se, evidentemente, além desses cinco momentos, atividades paralelas, incluindo numerosos encontros e mesas redondas, que abordavam desde a questão da estratégia, até a criação de outras instituições, como o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES, 1981) – que abrange principalmente oficiais da reserva, ex-diplomatas, profissionais de diferentes categorias, incluindo alguns do meio acadêmico, – o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade Federal Fluminense em 1988, o Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos (IBAE) e o próprio NAIPPE(1992), os dois últimos sediados na cidade de São Paulo. Além desses pode-se mencionar, ainda, o Grupo de Debates Estratégicos de Recife/Pernambuco, os Núcleos de Estudos Estratégicos (NEST) criados em Florianópolis, na

¹⁰ Citação retirada do programa do I ENEE, p. 2, mimeo.

Universidade Federal de Santa Catarina (novembro de 1993) e em Recife na Universidade Federal de Pernambuco (março de 2000), – mas que passou a funcionar efetivamente a partir de junho de 2001 –, o Centro de Estudos das Américas, da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM-RJ), – que desenvolve atualmente um projeto de pesquisa intitulado “Inserção internacional de segurança do Brasil”, – o Grupo de Estudos Estratégicos (GEE/COOPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e sites que trazem informações sobre os temas, como o <http://www.defesanet.com.br>, e o da Universidade Federal de Uberlândia (<http://www.geocities.com/conflitos/>). Desses agora mencionados, o NAIPPE é, sem qualquer sombra de dúvida, um dos mais importantes, estando ancorado na Universidade de São Paulo, e o que mais atividades tem desenvolvido, tendo publicado vários livros como os Anais do III ENEE pôr ele organizado, além de um volume inteiro dedicado aos conflitos localizados no mundo contemporâneo; conte-se, ainda, os seminários regulares oferecidos anualmente.

Embora as atividades sobre assuntos estratégicos estejam concentradas na parte sudeste do país, fundamentalmente no estado de São Paulo, observou-se que o tema mereceu atenção em outras localidades, ainda que de maneira um tanto dispersa. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cerca de 230 quilômetros da capital paulista, realizou-se em julho de 1996 um ciclo de palestras cujo tema central era a guerra e a paz. Nos encontros da ANPOCS algumas sessões contemplaram discussões sobre o tema, ainda que não se repetisse o mesmo anualmente. Questões estratégicas eram eventualmente objeto de discussão em ciclos realizados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo Núcleo de Pesquisa (NUPRI/USP) pelo

Instituto de Pesquisa sobre Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores, pelo Instituto Alberto Pasqualini do Rio de Janeiro, pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nos congressos estaduais e nacionais de sociólogos, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em seus diversos *campi*, na Associação Internacional de Pesquisa para a Paz (IPRA), no Rio de Janeiro, na Universidade de Brasília, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá/Paraná, etc.

A produção sobre o tema, de maneira ampla, passou a ser objeto de interesse pôr parte de pesquisadores ligados à universidade, em suas dissertações de mestrado e teses de doutorado, que até então se destinavam à análise das relações internacionais em sentido mais genérico ou a assuntos correlatos.

NOTAS FINAIS

Apesar de verificar-se razoável aumento do número de pessoas e de instituições que passaram a se dedicar aos estudos estratégicos no país, particularmente na última década, é prematuro afirmar que se trata de uma área consolidada, enfrentando os mesmos problemas pelas quais passa, ainda, o campo das Relações Internacionais (se bem que estas estejam em nítida vantagem). Com um agravante. Enquanto esta última tem sido considerada muito importante, já que a velocidade imprimida pelos meios de comunicação (televisão a cabo, internet, etc.) tem levado o mundo para dentro de todas as casas, tirando-as do isolamento nacional, os temas estratégico-militares permanecem sen-

do estreitamente identificados e considerados como assuntos pertinentes à caserna.

De um lado, nota-se que as pesquisas, os cursos e os profissionais voltados para a estratégia encontram-se, ainda, concentrados em uma ou outra instituição, e são os mesmos que atuam na área há bastante tempo. Isto é perceptível, pôr exemplo, no número de pessoas que participaram até o momento dos próprios seminários do CHDS do programa REDES. Grande parte desses pesquisadores/professores, que compareceram em mais de uma ocasião aos eventos do CHDS, há tempos circulam nas instituições aqui mencionadas e mantêm estreito vínculo com o Núcleo de Estudos Estratégicos, seja como membros, como professores ou como alunos dos cursos de pós-graduação da UNICAMP.

Apenas dois membros do NAIPPE, incluindo o coordenador, estiveram presentes em eventos do CHDS. Em parte, isto é interessante, porque faz com que esses profissionais aprimorem seus conhecimentos e ampliem os contatos com os demais colegas das Américas, elaborando projetos conjuntos. Pôr outra parte, este fato indica que o número de professores/pesquisadores diretamente envolvidos nesse estudos, nas universidades do país é, visivelmente, pouco significativo, embora centenas de pessoas freqüentem os encontros nacionais, por motivos variados que não foram ainda devidamente mapeados.

Uma forma de aumentar a participação de outros setores/universidades deveria, portanto, receber atenção maior pôr parte do CHDS, uma das instituições mais interessadas no desenvolvimento deste campo de estudos no continente latino-americano. Isto poderia ser feito tanto pelo encaminhamento de *folders* com informações sobre o que é o CHDS, seus objetivos, quais as modalidades de cursos,

prazos para inscrição, critérios de seleção, etc., (não se restringindo apenas às informações colocadas na internet) para os departamentos de Ciência Política, Relações Internacionais e História, entre outros cursos, além dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) de todas as instituições públicas e particulares do país que realizam estudos e trabalhos nas áreas citadas. Ou então, simplesmente, convidando representantes dessas instituições para seus cursos. Por outro lado, este último tipo de atuação poderá, certamente, criar reações contrárias à participação de docentes representando oficialmente os departamentos e universidades, em eventos desta natureza, por desconfianças do próprio meio acadêmico brasileiro, por exemplo, já que o CHDS faz parte da National Defense University, pertencente ao Departamento de Defesa norte-americano.

Em segundo lugar, o encerramento das atividades do Centro de Estudos Estratégicos do Convívio e da revista *Política e Estratégia*, constituíram-se em grandes perdas que não foram até o momento repostas, já que não surgiu outra entidade com igual peso que a pudesse substituir.

Isto mostra, pôr outro lado, que a sobrevivência de programas e publicações tem dependido, até agora, fundamentalmente, de esforços individuais – no caso dos jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, Antônio Carlos Pereira e do professor Oliveiros da Silva Ferreira, que deram impulso ao CEE/Convívio, criando depois o IBAE, que praticamente desapareceu nos últimos anos.

Em terceiro lugar, o ímpeto inicial ocasionado pelos primeiros encontros nacionais de estudos estratégicos arrefeceu, observando-se dificuldades para a realização dos mesmos, que deveriam ser anuais. Realizados em 1994, e nos dois anos seguintes, a quarta edição só

ocorreu dois anos depois, enquanto o próximo encontro será concretizado (se o for), com três anos de intervalo. O que significa dizer que são observadas dificuldades para que uma instituição de grande porte assumira o evento, visto que as que dispunham de algum capital humano na área já deram sua quota, realizando sua parte. Daí o próximo encontro estar sob a responsabilidade da Escola Superior de Geopolítica e Estratégia D. João VI, completamente desconhecida fora da cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul e até do meio acadêmico local. Na mesma ocasião está previsto, também, o 1º Encontro de Estudos Estratégicos do Mercosul.

Verifica-se que a única revista que circula no meio acadêmico, especificamente dedicada ao tema, a *Premissas* do NEE/UNICAMP, tem apresentado com frequência problemas de edição, sofrendo consideráveis atrasos desde abril de 1997, além de sua limitada tiragem (oscilando em torno de 500 exemplares) face às próprias restrições orçamentárias da universidade. Situação parecida é observada com as publicações do CEBRES. A *Parcerias Estratégicas*, que sempre traz boas contribuições dos meios acadêmico, governamental e empresarial, editada pelo Centro de Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia, desde maio de 1996, chegou agora ao 10º número. Até recentemente, o CEE esteve sob a coordenação de Carlos Henrique Cardim, professor da Universidade de Brasília e diplomata de carreira. Neste local, professores sempre ocuparam (ocupam) postos-chave, casos do próprio Cardim e de Eiiti Sato (além de Thomaz Guedes da Costa e outros profissionais graduados em Relações Internacionais que hoje se encontram retirados), mesmo quando o Centro se achava subordinado à antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos.

No que concerne aos grupos que pudessem converter-se em centros irradiadores de estudos estratégicos, a situação não é tão alentadora, como à primeira vista poderia parecer. A iniciativa de jovens pesquisadores em fazer funcionar uma associação de ex-participantes dos encontros do CHDS, apesar de se lavrar ata constituindo-a formalmente em 2000, foi deixada de lado após algumas reuniões, já que instância semelhante visando aglutiná-los foi criada no âmbito da Escola Superior de Guerra. Embora esta última instituição tenha se aproximado do meio acadêmico nos últimos anos, não encontrou idêntica receptividade, pôr parte da universidade. A ESG que, hoje, discute seu novo papel, frente às transformações regionais e globais, além de mudanças institucionais nos ex-ministérios militares, com a criação do Ministério da Defesa, continua sendo uma instituição com características castrenses, motivo suficiente para que grande parte da academia a veja como *locus* que não deve ser privilegiado em seus contatos. Mesmo porque, desde sua criação em 1949, tal entidade sempre fez questão de enfatizar e alardear conceitos que foram, posteriormente, identificados com as posturas autoritárias assumidas pelo governo no pós-64, e outorgando-se o papel de irradiadora de influências nesse período.

No plano estritamente acadêmico, embora sempre houvesse textos relativos a temas estratégicos, os grupos de trabalho sobre “Relações Internacionais e Política Externa” (GRIPE – criado em 1980) e o de “Forças Armadas, Estado e Sociedade” (1983), organizados em âmbito nacional na ANPOCS, sofreram alguns revezes. Apesar de funcionar na ANPOCS desde o quarto encontro, o GRIPE esteve fora da programação dos encontros anuais de 1995 a 1997, voltando em 1998, com o nome de “Política Internacional”. O Grupo de



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
3083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

pub_ifch@obelix.unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.